

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 3 dezembro 1981

*Os Arquivos
e a Avaliação
de Documentos*



2577 Clas. PER
vo & Administração
.3
dez.1981

Do q' se contem no requerimento dos Contratadores da neve posso atesta-
ser tudo verdade, porq' de tudo fui bem informado nos tempos em q' succedeu.
Nao creio haveri quem duvide q' convem favorecerlos p' q' acabem de aperfei-
zar sua empresa de q' resultari a esta Cid. ser provida de neve com mais
abundancia, prontidao, e certeza; assim porq' eles sao dignos deste favor pela
grande despeza q' ja tem feito, e pelo mto. trabalho q' lhes tem causado, como por
se por falta de proteccao se virem obrigados a desistir deste neg.; nao havi
outros q' se queiram meter nele.

Presuposto isto, tres pontos se devem tomar em consideracao p.a. a vez
lucal da consulta do Senado: 1.º o tempo q' deve durar o privilegio renovado
2.º o preco porq' deverao os Sup.^{tes} neste t. ipo dar a neve: 3.º as penas
pelo contrato antecedente estavam sujeitos quando faltarem com a neve.

Quanto ao 1.º em todas as fabricas, e estabelecim.^{tos} novos se cos-
tumao conceder anos de privilegios bastantes nas lo. q' a sua firme fundacao, m.
q' deixarem lucro aos q' os empreendem. Esta maxima q' se pratica ainda
a respeito daquelas couzas, q' cadaqual pode continuar depois de introduzidas,
mto. mais deve ter lugar na introducção das nevencas, q', como ja disse, nem
outro proseguir, se os Sup.^{tes} se deixarem disso. Nem o privilegio q' elles
pedem se porq' possam recear, q' outros intentem empresa semelhante a sua,
mas porq' Marcos Alvares, ou algum outro os nao venha perturbar con-
duzindo neve da Serra da Estrela. Pelo q' me parece, q' o privilegio se de
renovar aos Sup.^{tes} pelos dez anos q' pedem, visto q' publico nada crei a p.
dez nifos, antes tirari a conveniencia de q' eles animados com esta gra-
va' continuando os gastos q' ainda serao necess.^{os} p' elegarem ao fim da em-
presa.

Pelo q' toca ao preco, seja foye certo, q' os Sup.^{tes} todos os anos, ...
em Montejunto todo o provimento necess.^o bem poderia fazer velles o arrat.
de neve ou gelo a trinta reis, porq' no grande consumo tiraria sua razoavel
conveniencia. Porém como ainda esta mui longe desta certeza, e foye se
pontos ahaverem de mandar vir neve da Serra da Estrela, ou por se
bar a de Montejunto, ou por haver passado o inverno sem gelar totalmen-
naquele sitio; e alem disto se achao em descuberto da grande despeza q' tem
feito, parece, q' toda a equidade persuade, q' se lhes permita a venda de
neve por 40 R. o arratel em todos os dez anos, no q' ja o publico lucra
um vintem do preco por q' antes o comprava; ou ao menos q' se lhes permita
venda nos primeiros seis anos a 40 R., e nos quatro seguintes a 30 R., porq'
quando se eleger a este, conforme as circumst.^{as} e o estado em q' se achar o

O transcurso do 10.º Aniversário de fundação da AAB proporcionou o ensejo de nos fixarmos mais atentamente em pontos decisivos no que se refere aos estudos relacionados à Arquivística e que, por isso, revelam-se objeto de especial atenção por parte dos profissionais da área.

O Seminário **A Arquivologia Contemporânea em Debate**, realizado nos dias 21, 22 e 23 de outubro, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, constituiu-se numa oportunidade que tiveram os profissionais de arquivo de debater questões cuja relevância manifesta-se na própria seleção dos temas: **Os Arquivos e a Avaliação de Documentos; Publicações de Arquivos: Seu Papel e Significado e Construção de Arquivos**. A qualidade dos trabalhos apresentados deve-se à participação de renomados especialistas aos quais é creditado o grande êxito deste evento.

A presença de estudantes, em número significativo, deu-nos a satisfação de constatar que começam a produzir resultados os nossos esforços no sentido de promover maior aproximação entre aqueles que brevemente se tornarão nossos colegas, objetivando, dessa forma, o permanente incentivo ao debate.

Neste número encontra-se detalhada toda a programação comemorativa da nossa data maior, além da divulgação de trabalhos sobre **Avaliação de Documentos**, apresentados por Helena Corrêa Machado e Clairé de Sousa Pires.

Ressaltam-se os enfoques diferentes que foram dados ao assunto: o primeiro versa sobre os critérios gerais de seleção e avaliação, realçando o caráter interdisciplinar da mesma, tendo em vista as dificuldades de se determinar o valor dos documentos pela subjetividade que esta atividade encerra; o segundo aborda a matéria na área jurídica, enfatizando a legislação existente quanto aos prazos de prescrição de documentos.

Dando prosseguimento ao nosso trabalho, convém lembrar que o 5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB, a realizar-se de 17 a 22 de outubro de 1982, na Cidade do Rio de Janeiro, abrirá um novo espaço para o questionamento dos principais temas ligados à problemática arquivística.

Lia Temporal Malcher

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Santos
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes

Redatora-Chefe

Maria Amélia Gomes Leite

Secretária

Maria Odila Kahl Fonseca

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linótipo S/C Composições Gráficas

Impressão

Midas Ind. Gráficas Ltda.

SUMÁRIO

Editorial 1

Estudos

Os Arquivos e a Avaliação
de Documentos 3
Critérios de Avaliação de Documentos
de Arquivo 10
Avaliação de Documentos
de Arquivo 13
Os Arquivos e a Avaliação
de Documentos 16
Avaliação de Arquivos
Contemporâneos 20

Várias

Formação Arquivística 28
Os Arquivos e a Vida de Hoje 30

Desburocratização

Administração 32
A Burocracia é uma Máquina Armada
para Produzir Palavras e Papelório.
E um subproduto: a memória
nacional 33
Os Caminhos da Desburocratização 35
Informe 37
Crônica 48

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Diretoria 1981-83

Presidente:

Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente:

Afonso Carlos Marques
dos Santos

1º Secretário:

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário:

Jaime Antunes da Silva

1º Tesoureiro:

Eliana Rezende F. de Mendonça

2º Tesoureiro:

Lúcia Maria de Oliveira

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
Janine Resnikoff Diamante
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

Conselho Fiscal

Fernando Salinas
Maria de Lourdes da Costa
e Souza
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira
de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo
subvencionada pelo Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico — CNPq.

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-sócios Cr\$ 300,00

Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 100,00

Distribuição: AAB

Deseamos permuta

Nous desirons échange

We are interest in exchange

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

R. 25 FF

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros. II. Esposel, José Pedro Pinto. III. Machado,
Helena Corrêa. IV. Paes, Marilena Leite. V. Vieira, Regina Alves. VI. Mal-
cher, Lia Temporal.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 3	p. 1-48	set./dez. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

Unidos só pode custodiar 1 milhão de metros cúbicos. Como não é possível construir um novo edifício anualmente, o único caminho consiste em completar e executar rigorosamente as tabelas de eliminação.

Mas vejam bem, isso é uma solução racional, adequada, dirigida pela autoridade própria e não o apelo latente e irracional à destruição sistemática de papéis públicos.

Nossos dados não são atuais, datam de 1960, e certamente hoje é possível que essa produção tenha duplicado, triplicado, mas a solução está determinada, e qualquer que seja o número, o caminho é o mesmo.

Assim também os dados referentes à Grã-Bretanha são de 1954. Num inquérito realizado por ordem da Rainha e apresentado pelo *Chancellor of Exchequer*, equivalente ao nosso Ministro da Justiça, verificou-se que eram necessários 200 mil pés cúbicos (cerca de 40 milhas) para guardar os documentos públicos desde a conquista normanda (1066) até aquela data, e que naquele ano, somente os documentos oficiais existentes nos Departamentos governamentais exigiam mais de 600 mil pés cúbicos (cerca de 120 milhas) de espaço para sua conservação. Deste modo, o acúmulo de material a preservar seria três vezes o já reunido no Public Records Office durante mil anos de história.

No Brasil, a produção documentada vem crescendo com o aumento da população, a expansão das atividades governamentais, e o desenvolvimento econômico.

As taxas de crescimento são mais que geométricas e recentemente Arnold Toynbee revelava que o conteúdo cúbico dos arquivos britânicos acumulados durante a guerra, de 1939 a 1945, era igual aos depósitos de toda a fase anterior da história britânica.

O crescimento gigantesco da produção documental devido ao desenvolvimento do serviço público e a publicação documental e de microfilmes e reproduções por xerox ou meios semelhantes tornaram esmagadoramente amplas as fontes da história moderna e contempo-

rânea. Só os arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha capturados em 1945 representavam 400 toneladas de documentos, afora as 80 toneladas capturadas pelo Almirantado Briântico ao Almirantado Germânico.

A explosão dos documentos públicos e privados se deu com as novas formas de reprodução. Megatons (1 milhão de toneladas) de papéis e milhões de milhas de filmes são o resultado das indústrias de super informação. Uma nova geração de depósito e arquivamento emergiu para enfrentar as necessidades que continuam a crescer. Vastas quantidades de papéis de toda a espécie, as novas categorias de informação, microfilme, microficha e outros recentes desenvolvimentos continuam a ajudar a torrente de papéis, novas peças.

A sociedade capitalista tem duas fontes de produção documental: a pública e a privada; a sociedade socialista tem uma fonte única, mas é tão burocrática e produtora de papéis quanto sua antecedente. Daí a necessidade da empresa no sistema capitalista guardar em grandes depósitos organizados como os Arquivos Nacionais os seus papéis fundamentais. E ela financia esses depósitos, como conheço o de Chicago, com papéis empresariais. Desse modo, como conclusão geral a desburocratização pode oferecer muitas vantagens, tais como tem sido anunciadas pelo Ministro Hélio Beltrão, como a abolição de atestados desnecessários, do reconhecimento de firmas, a facilidade da autenticação, comparado o original com a cópia, e, sobretudo a confiança que de-seja seja a base da relação Governo-povo. Acho que pelo seu comportamento histórico este bem merece lhe seja dada essa prova de confiança. Nele deve o Governo acreditar sempre como o povo no Governo e quando um ou outro se fizerem indignos desta confiança cometerão um perjúrio, e como tal merecem a pena grave, tal como Nixon, que por ter perjurado foi destituído da presidência da República.

Mas há nesta campanha latente, subrepticiamente uma ação contra os papéis em geral, o que pode ocasionar graves conseqüências à preservação dos documentos de interesse nacional, pois

nela se imprime a impressão de que há excesso de papéis, em sua maioria inúteis, e que melhor fora se os destruíssemos. Há assim necessidade de que os arquivistas e historiadores advirtam as autoridades e o povo de que há neste esforço de desburocratização uma ameaça de destruição indiscriminada de papéis, afetando o patrimônio histórico nacional.

Ao mesmo tempo deve-se defender para as autoridades arquivistas a decisão sobre o destino de papéis públicos, e não permitir que Ministros e chefes de repartição decidam eliminar documentos do arquivo do Ministério da Agricultura, do depósito da Rua Venezuela do Ministério da Fazenda e os arquivos da Alfândega do Rio de Janeiro e de Paranaguá.

A destruição documental no Brasil tem sido tão grande, através dos séculos, por incêndio, displicência, desatenção, desrespeito histórico, que qualquer medida desta natureza pode representar um prejuízo enorme para a preservação da mal cuidada história brasileira.

É de se notar que enquanto o Ministro Hélio Beltrão, consciente ou inconscientemente, desencadeia uma campanha que ocultamente estimula a destruição documental, descontrolada, sem fiscalização de autoridades competentes — como se faz nos países onde o Arquivo é uma instituição modelar, como por exemplo nos Estados Unidos e no Canadá — o Governo lançou outra batalha pela televisão contra a destruição de papéis. Nesta, tenta-se defender a preservação da história brasileira, e não da memória, como se tornou usual dizer. Abomino esta palavra, que é um meio de desacreditar a História e de valorizar uma forma mental rudimentar, e uma maneira escrita elementar. A Memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica, enquanto a História é análise-crítica reconstrutiva. Queremos preservar o patrimônio histórico. Desenvolver e estimular o sentimento de confiança num povo, que bem a merece, é o aspecto psicológico positivo da campanha Hélio Beltrão.

OS CAMINHOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

● Assegurado pelo Ministro Beltrão o fim das trocas de plaquetas dos veículos. Nesse sentido já encaminhou projeto ao Congresso Nacional e garante desconhecer pressões por parte dos fabricantes, embora considere natural sua ocorrência.

O Programa Nacional de Desburocratização completou 2 anos no dia 15 de julho e o Ministro assim o define: A

burocracia é um problema secular e não se vai acabar com ela agora. O que se pretende é dar-lhe um golpe mortal de maneira a tornar o processo irreversível.

Ao fazer um balanço de suas atividades, Hélio Beltrão afirma: "A burocracia está intimamente ligada à corrupção, pois é a complicação burocrática

que gera a corrupção. A complicação burocrática, que está nas leis e nos regulamentos, deu origem ao intermediador legítimo, o despachante; já a complicação ilegítima faz aparecer o corrupto que entra em cena quando o despachante não consegue resolver a questão. O corrupto só desaparecerá quando diminuir a burocracia."



O ministro Hélio Beltrão fala sobre a extinção da plaqueta de automóveis

● No Rio Grande do Sul está em estudos a concentração em local único de todos os órgãos estaduais e municipais que desempenhem atividade de atendimento direto ao público. A medida visa, principalmente, evitar que o usuário se desloque de um lugar para outro na ânsia de obter as informações que o ajudem na solução de seu problema. A Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa (SEMOR) vai ajudar na implantação da nova ordem em Porto Alegre.

● Em reunião mantida com representantes estaduais e municipais do Programa de Desburocratização ficou acertado que terão continuidade, até sua aplicação em todos os Estados da Federação, as seguintes medidas desburocratizantes a nível municipal: instituição do Programa de Desburocratização; eliminação de atestados, aceitando-se em substituição declaração do interessado ou de seu procurador, dispensa do reconhecimento de firmas em documentos que tramitem pelas repartições públicas e simplificação da prova de capacidade jurídica e de situação regular de pessoas físicas, firmas individuais e pessoas jurídicas para fins de participação em licitações. Essa última exigência, até aqui em vigor, foi substituída pelo certificado de regularidade jurídico-fiscal.

● O Deputado Fausto Rocha tomou posse, em São Paulo, como Secretário

de Estado de Desburocratização. Em presença do Governador Paulo Maluf, do Ministro Beltrão e de cerca de 300 pessoas o Deputado Fausto Rocha declarou que uma de suas primeiras medidas simplificadoras será a instalação de uma seção de *Achados e Perdidos*, em uma das estações do Metrô paulistano.

● Em conferência proferida aos estagiários da Escola de Guerra Naval, o Ministro Extraordinário para a Desburocratização afirmou que o desperdício e o custo excessivo da máquina burocrática se constituem em duas fontes poderosas de inflação.

Falou também sobre a necessidade de fortalecer a estrutura de primeira instância nos grandes centros urbanos, dotando-os de uma justiça descentralizada e informal como principal arma no combate à violência e na prevenção das arbitrariedades praticadas pela polícia, que, na falta de juízes acessíveis, acaba por assumir-lhes as funções.

● O Ministro Ludwig, da Educação, anuncia que o Ministério da Desburocratização está estudando, em conjunto com o MEC, uma fórmula que permita às universidades federais exercerem a autonomia de que necessitam, sejam elas autarquias ou fundações: "Urge desburocratizar a universidade pública, pela descentralização administrativa, pela simplificação de normas. Importa que

ela própria se dedique, quanto antes, à reciclagem de sua capacidade gerencial. Trata-se, em outras palavras, do condicionamento interno para um mais amplo exercício de autonomia", disse o Ministro Rubens Ludwig aos presentes à 33.ª Reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

● As diversas repartições do Ministério da Fazenda, em especial a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda, vêm se beneficiando em larga escala com o Programa de Desburocratização.

Desde sua implantação até agora foram eliminados cerca de 100 milhões de papéis que por ali transitavam todos os anos.

A Receita Federal criou, inclusive, uma assessoria especial para implementar a modernização de seus serviços. Cerca de trinta medidas desburocratizantes já foram introduzidas no trato com os contribuintes e, longe de trazerem qualquer efeito negativo, foram bastante eficazes. A dívida ativa da União, por exemplo (cobrança judicial dos débitos em atraso), vem apresentando um crescimento da ordem de 200 por cento.

Esse crescimento se deve, segundo o Procurador-Geral da Fazenda, Cid Heráclito de Queiroz, às simplificações introduzidas no processo de cobrança e ao lançamento, no final do ano passado, de um programa de cobrança amigável, o qual vem sendo muito bem aceito.

● "Uma das melhores fontes de informação, que serve de base para todo o trabalho de desburocratização, é a imprensa", afirma o assessor geral do Programa Nacional de Desburocratização, Guilherme Duque Estrada.

O trabalho jornalístico de levantamento dos problemas burocráticos da comunidade é mais abrangente e mais profundo do que os milhares de cartas e telefonemas recebidos diariamente pelo Ministro Hélio Beltrão.

● São os seguintes os atos assinados pelo Presidente da República no dia 15 de julho último, data em que se comemorou o segundo aniversário de criação do Programa Nacional de Desburocratização: 1 — Ato que determina a aceleração do processo de privatização das empresas estatais onde o controle do Estado se tornou desnecessário. 2 — Decreto-lei que simplifica drasticamente o processo de elaboração e execução dos orçamentos para os municípios de menos de 50 mil habitantes, isto é, cerca de 90 por cento dos municípios brasileiros. 3 — Ato que suspende, por prazo indeterminado, a transferência de órgãos federais para Brasília. 4 — Ato

que restringe aos casos absolutamente necessários a criação de novas empresas estatais. 5 — Ato que, na área do patrimônio da União, dispensa a cobrança de foros de valor insignificante e isenta do pagamento de laudêmio as transações intergovernamentais ou de interesse social. 6 — Projeto de lei que simplifica e agiliza o processo de licitações discriminatórias com relação aos Estados e municípios. 7 — Instituição de um programa intensivo para melhoria de qualidade do atendimento ao público na área da Previdência Social. 8 — Decreto que permite a inscrição em concursos públicos mediante a simples apresentação da carteira de identidade e de declaração do interessado de que possui outros documentos. 9 — Decreto que dá competência ao Ministro da Desburocratização para expedir atos necessários à execução do Programa Nacional de Desburocratização.

● O Ministro Hélio Beltrão e o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), Coronel Boto

de Barros, anunciaram o início de funcionamento, a partir do dia 1.º de outubro, de um serviço de achados e perdidos que mobilizará as agências e caixas de coletas da ECT em todo o território nacional.

O novo serviço funcionará de maneira bastante simples: qualquer pessoa que achar um documento perdido deverá jogá-lo dentro de uma caixa de coleta ou entregá-lo na agência do Correio mais próxima.

Os documentos serão enviados à Agência Central dos Correios onde está instalado o Setor de Achados e Perdidos.

Nas pequenas cidades a nova seção funciona no Posto de Correio.

Na Agência Central os documentos serão classificados diariamente por ordem alfabética e poderão ser recuperados por seus donos no prazo máximo de dois meses. Findo este prazo, os documentos que não tiverem sido procurados serão enviados, pelo Correio, aos respectivos órgãos emissores. As pessoas que perderem seus documentos deverão

se comunicar com o Setor de Achados e Perdidos da Agência Central de sua cidade, pessoalmente ou por meio de telegrama, carta ou aerograma, indicando as características da documentação extraviada.

Para os que percebem até cinco salários mínimos — ou seja, 88% da população do país — o serviço será gratuito. Acima dessa faixa, apenas será cobrado o valor do porte registrado, atualmente no valor de Cr\$ 121,00.

No caso de documentos perdidos em outro Estado a pessoa poderá resgatá-los bastando, para isso, comunicar-se com a Agência Central de sua cidade. A documentação será enviada ao Estado de origem e entregue ao destinatário. Quando o usuário não souber em que Estado perdeu seus documentos, esses serão enviados ao órgão emissor onde também poderão ser recuperados.

O novo serviço já vinha sendo executado pela ECT em caráter experimental, uma vez que a própria população tomou a iniciativa de colocar documentos achados nas caixas de coleta de correspondência. Agora está oficializado.

INFORME



A Presidente da AAB, Lia Temporal Malcher, na abertura das comemorações dos 10 anos da Associação.

AAB — 10 Anos de Fundação

Em comemoração ao seu primeiro décênio de existência a Associação dos Arquivistas Brasileiros promoveu, de 20 a 23 de outubro a Semana do Arquivista. A solenidade de abertura, que inaugurou o Auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, compareceram cerca de 150 pessoas que se confraternizaram em noite de muita alegria e descontração.

Dando início às festividades, a Presidente da AAB, Prof.^a Lia Temporal Malcher, dirigiu aos presentes a seguinte saudação: "Criada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico e cultural do arquivista, a AAB muito bem contribuiu para o desenvolvimento da Arquivologia Brasileira, e para o reconhecimento da importância do profissional de arquivo, no plano administrativo, social e cultural da Nação.

Ao ensejo do término destes 10 anos de trabalho, de lutas e de reivindicações